

#### 4.1 Descrição dos fatores de risco

*Decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos podem nos afetar de forma adversa.*

O Banco e suas controladas são partes em processos nas esferas judiciais e administrativas, incluindo ações indenizatórias, trabalhistas, previdenciárias, fiscais, cíveis e regulatórias. Não há como garantir que tais processos serão julgados favoravelmente ou, ainda, que os valores provisionados pelo Banco sejam suficientes para a cobertura dos valores decorrentes de eventuais condenações. Decisões contrárias aos interesses do Banco e suas controladas que eventualmente alcancem valores substanciais de pagamento, que afetem a imagem do Banco ou de suas controladas ou impeçam a realização de seus negócios conforme inicialmente planejados, poderão causar um efeito adverso relevante nos negócios do Banco ou de suas controladas, na sua condição financeira e seus resultados operacionais.

*Os acionistas podem sofrer diluição de sua participação acionária.*

O Banco pode decidir, por motivo de necessidade de recursos adicionais, busca por capital adicional ou outro, realizar um aumento de seu Capital. Qualquer recurso adicional obtido por meio de aumentos no capital pode diluir a participação dos investidores caso eles não participem proporcionalmente do aumento de capital.

*O Banco pode não distribuir dividendos ou juros sobre o capital próprio.*

O dividendo obrigatório do Banco Pine é de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social, apurado nas demonstrações financeiras não consolidadas. A declaração anual de dividendos, incluindo o pagamento de dividendos além do dividendo mínimo obrigatório, exige aprovação em Assembleia Geral Ordinária por maioria de votos de acionistas titulares das ações do Banco Pine e dependerá de diversos fatores. Dentre esses fatores estão os resultados operacionais, as condições financeiras, as necessidades de caixa e as perspectivas futuras da Companhia, entre outros fatores que o Conselho de Administração e acionistas do Banco Pine julguem relevantes. O lucro líquido pode ser utilizado para compensar prejuízo ou então ser retido, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, podendo não haver lucro líquido disponível para pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio adicionais ao mínimo obrigatório.

##### **a. Seus acionistas, em especial os acionistas controladores**

Os interesses de nosso acionista controlador podem conflitar com os interesses de nossos outros acionistas.

Nosso acionista controlador tem o poder de eleger os membros do Conselho de Administração e de tomar decisões em todos os pontos importantes que requerem aprovação dos acionistas, com reorganizações societárias e vendas de ativos. Os interesses do acionista controlador podem não coincidir com os interesses dos demais acionistas. Adicionalmente, qualquer mudança no controle pode afetar materialmente nossa Administração, nossos negócios, resultados operacionais e condição financeira.

##### **b. Suas controladas e coligadas**

*Podemos ser adversamente impactados em decorrência de contingências relacionadas às nossas controladas ou coligadas.*

O Banco Pine possui participações diretas nas seguintes empresas: Pine Assessoria e Consultoria Ltda., Pine Corretora de Seguros Ltda., Pine Investimentos DTVM Ltda., P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda., Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário SPE Ltda., Pine Ativos Imobiliários SPE Ltda., Eco Comercializadora de Ativos Ambientais Ltda., Pine Capital Ltda. e Pine Holding Ltda., sendo que o resultado dessas participações compõe o resultado do Banco. Eventualmente, o Banco poderia sofrer impactos, embora não relevantes, em razão de resultados negativos advindos de contingências legais ou societárias envolvendo referidas empresas.

**c. Seus administradores**

*A saída de membros-chave de nossa administração sênior pode afetar adversamente nossos negócios podem ser adversamente afetados.*

O Banco depende dos membros de sua administração sênior para o desenvolvimento e execução de suas estratégias comerciais e políticas de investimento bem como para continuar competitivo no mercado e atingir sua meta de crescimento. Conseqüentemente, o crescimento e sucesso futuro do Banco dependem em amplo grau, da sua capacidade de manter e motivar os membros-chave de sua administração sênior e de contratar, manter e motivar, de forma estratégica, novos talentos. Dado que o mercado para profissionais qualificados do mercado financeiro é extremamente competitivo, pode ser desafiador contratar, manter tais profissionais no quadro de colaboradores do Banco. Se os membros-chave da equipe de administração sênior do Banco se demitirem, ou se o Banco for incapaz de continuar a atrair e manter uma administração especializada, seus negócios, condição financeira e resultados operacionais podem ser adversamente afetados.

**d. seus fornecedores**

*Os fornecedores contratados por nós podem não ser capazes de entregar produtos ou realizar os serviços nos prazos que necessitamos.*

Utilizamos prestadores de serviços e/ou fornecedores para manter, apoiar e auxiliar nossas áreas de *backoffice*, sistemas de comunicação e tecnologia. A falta no cumprimento das obrigações por parte desses prestadores de serviços, como descumprimento de cronograma, entrega de produtos, entre outros, pode afetar nossos negócios, nossa condição financeira e resultados operacionais. Adicionalmente, caso o não sejamos capazes de manter ou renovar os contratos com os atuais prestadores de serviços, poderão ocorrer dificuldades na integração dos sistemas aos novos prestadores, o que poderá ocasionar problemas operacionais. Adicionalmente, a substituição desses prestadores de serviços poderá não ocorrer em tempo hábil ou ocasionar falhas no período de transição, o que também poderá impactar as operações do Banco.

**e. seus clientes**

*A avaliação de crédito de clientes do Banco pode se deteriorar.*

Alguns de nossos empréstimos são fornecidos para tomadores cuja avaliação de crédito, por questões macroeconômicas e de gestão do próprio cliente, pode se deteriorar. Esses tomadores apresentam risco de perda maior que aqueles tomadores com avaliação de crédito mais elevada. O Banco Pine avalia todas as garantias que são fornecidas em relação a esses empréstimos. Se não analisarmos corretamente o crédito de nossos tomadores e as garantias por eles fornecidas, tais fatores podem afetar adversamente nossos negócios, nossa condição financeira e resultados operacionais, na medida em que podem causar prejuízos pela não recuperação total ou parcial das quantias emprestadas.

*Restrições legais nos clientes podem reduzir a demanda pelos serviços prestados por nós.*

Novas leis ou regulamentações ou mudanças na aplicação das leis ou regulamentações existentes aplicáveis aos clientes de serviços bancários também podem afetar negativamente o Banco. Por exemplo, as mudanças na aplicação da legislação antitruste podem afetar o nível de operações societárias envolvendo Banco e as mudanças na regulação podem vir a restringir as atividades dos clientes e, portanto, os serviços que prestamos a tais clientes.

**f. aos setores da economia nos quais o emissor atue**

*Nossa carteira de títulos e valores mobiliários e derivativos está sujeita às variações de mercado resultantes de mudanças na economia no Brasil e no mundo.*

Em 31 de dezembro de 2024, nossa carteira de títulos e valores mobiliários e derivativos representava um percentual relevante do total de nosso ativo, e os ganhos de capital ou perdas relacionados a esses investimentos podem impactar nossos resultados operacionais. A realização desses ganhos e/ou perdas é efetuada no momento em que vendemos esses investimentos ou no momento em que os contabilizamos por seu respectivo valor de mercado, o que pode variar significativamente de um período para outro. Não podemos antever a quantia de reserva de lucros e perdas em um período futuro qualquer, bem como as variações que ocorrem em um período qualquer não podem ser usadas como um parâmetro para outro período qualquer. Perdas e ganhos em uma carteira de investimentos podem causar variação na receita de um período para outro.

*Descasamentos entre nossa carteira de empréstimos e nossas fontes de financiamento podem afetar adversamente nossos resultados operacionais e nossa habilidade de aumentar nossa carteira de empréstimos.*

Estamos sujeitos a descasamentos em taxas de juros, datas de vencimento e taxas cambiais entre nossos direitos e obrigações. Nossa rentabilidade depende de nossa habilidade para casar nossas fontes de financiamento e os juros que ganhamos sobre nossa carteira de empréstimos. Dependemos de financiamentos provenientes de depósitos de curto prazo e valores mobiliários, alguns dos quais podem possuir data de vencimento anterior à dos empréstimos. Variações nas datas de vencimentos para esses depósitos podem acarretar no aumento dos efeitos de variações de taxas de juros e resultar em risco de liquidez, se formos incapazes de alavancar financiamentos adicionais. Além disso, nós emitimos notas denominadas ou indexadas em dólares norte-americanos e qualquer depreciação do real frente ao dólar norte-americano pode aumentar os custos de financiamentos relacionados a essas notas, se não mantivermos uma operação de cobertura. Qualquer aumento nos custos de financiamento em razão de quaisquer destes riscos pode requerer que aumentemos as taxas de juros de empréstimos a nossos clientes, o que pode impactar adversamente nossa estratégia para atrair novos clientes e aumentar nossa carteira de empréstimos e pode afetar adversamente nossa condição financeira e nossos resultados operacionais.

*Podemos sofrer perdas significativas em nossas atividades de negociação e investimento devido a flutuações do mercado e volatilidade.*

O Banco mantém grandes posições de negociação e investimento em renda fixa, moeda, *commodities* e no mercado de ações. Na medida em que o Banco detém posições em quaisquer desses ativos, em qualquer localidade, uma recessão nesses mercados pode resultar em perdas decorrentes do declínio do valor das posições. Ao mesmo tempo, na medida em que o Banco detém posições vendidas em quaisquer desses mercados, uma recuperação nesses mercados pode expor o Banco a perdas potencialmente ilimitadas enquanto não houver sucesso do Banco em compensar tais posições através da aquisição de

ativos de mercados em ascensão, afetando adversamente a condição financeira e operacional do Banco.

*Estamos sujeitos a riscos de liquidez que podem afetar nossas operações e seus resultados.*

A manutenção de nível de liquidez adequado é fundamental para os negócios do Banco, possibilitando que suas obrigações perante clientes e centrais de liquidação (*clearings*) sejam honradas e evitando que escassez de caixa gere dificuldade em honrar os seus vencimentos a pagar.

Caso, por qualquer motivo, haja um problema de liquidez ou de fluxo de caixa, levando a um descasamento entre ativos e passivos, inclusive considerando-se os diferentes prazos de liquidação de operações de clientes, o Banco poderá não ser capaz de cumprir com suas obrigações financeiras perante clientes e centrais de liquidação (*clearings*).

*Estamos sujeitos a diversos riscos operacionais inerentes ao nosso negócio, incluindo aqueles relacionados ao funcionamento dos nossos sistemas operacionais.*

Os negócios do Banco são dependentes da sua capacidade de processar e monitorar de forma eficiente e exata, diariamente, um grande número de operações, muitas das quais altamente complexas, em diversos mercados e com diversas moedas. Essas operações, bem como os serviços de tecnologia da informação que o Banco presta aos seus clientes, devem observar com frequência tanto as jurisdições como diretrizes específicas dos clientes, quanto às normas legais, fiscais e regulatórias. A administração de riscos operacional, legal, fiscal e regulatório do Banco exige, dentre outras coisas, políticas e procedimentos para registrar adequadamente e verificar um grande número de operações e eventos, além disso, estas políticas e procedimentos podem não ser totalmente eficazes.

A capacidade do Banco de realizar negócios poderá ser afetada de forma adversa, em função de problemas relacionados à infraestrutura dos seus negócios, às localidades em que está localizada. Isto pode incluir a interrupção de serviços elétricos, de comunicação, internet, transporte, sistemas de segurança e de informática ou outros serviços utilizados pelo Banco ou por terceiros com os quais o Banco realiza negócios. Se qualquer desses serviços de infraestrutura não operarem de maneira adequada ou forem desabilitados, o Banco poderá incorrer em prejuízo financeiro, interrupção dos seus negócios, responsabilidade perante clientes, intervenção regulatória ou danos à sua reputação. Também poderão advir prejuízos em decorrência de pessoal inadequado, processos e sistemas de controle interno equivocados ou falhos, falhas dos sistemas de informação ou de eventos externos que interrompam as operações comerciais normais, tais como atos terroristas, desastres naturais ou sabotagem. Adicionalmente, a estrutura de seus controles e procedimentos de mitigação de risco operacional pode se revelar inadequada ou ser burlada. As despesas relacionadas à prevenção, tratamento ou mitigação dos eventuais problemas referidos acima podem ser significativas.

As consolidações ocorridas no setor, seja entre participantes do mercado ou entre intermediários financeiros, aumentam o risco de falha operacional uma vez que sistemas complexos incompatíveis precisam ser integrados, geralmente de forma acelerada. Ademais, a interconectividade de múltiplas instituições financeiras com agentes, bolsas de valores e câmaras de compensação centrais aumentam o risco de que uma falha operacional em uma instituição possa causar uma falha operacional em todo o setor, o que pode vir a prejudicar o Banco.

*Podemos ter dificuldade em recuperar o valor garantido de empréstimos inadimplentes, o que pode nos afetar negativamente.*

Quando nossos clientes se tornam inadimplentes em empréstimos, o único recurso, depois de esgotar todas as medidas de cobrança extrajudicial, é executar a referida garantia. Ao lidar com devedores em situação financeira crítica, a recuperação desses empréstimos também pode estar sujeita a processos de insolvência, nos quais a reivindicação do Banco pode ser alocada após os demais credores considerados preferenciais, tais como funcionários e autoridades fiscais. Além disso, uma vez que seja obtida uma sentença judicial, a execução da sentença para obter a garantia para venda envolve frequentemente obstáculos adicionais. Considerando os procedimentos aplicáveis em processos judiciais para cobrança de dívidas e a baixa liquidez em certos mercados, o Banco pode não conseguir executar as garantias, o que pode afetar adversamente sua condição financeira e resultados operacionais.

*Mudanças promovidas pelo Banco Central na taxa básica de juros podem nos afetar adversamente.*

O Comitê de Política Monetária do Banco Central ("COPOM") periodicamente estabelece a taxa SELIC (taxa básica de juros do sistema bancário brasileiro), a qual serve como um importante instrumento para o cumprimento de metas inflacionárias. O COPOM tem frequentemente ajustado a taxa básica de juros em razão do comportamento da inflação, para estimular o crescimento econômico e para atingir os objetivos determinados pela política econômica do Governo Federal. Aumentos na taxa básica de juros podem nos afetar adversamente, por meio da redução da demanda por crédito, do aumento dos custos de captação e aumento do risco de inadimplência dos clientes, dentre outros. Por outro lado, reduções na taxa básica de juros podem nos afetar adversamente, por meio da redução da receita proveniente dos ativos geradores de receita e diminuição das margens, dentre outros.

*Exposição a títulos de dívida emitidos pelo Governo Federal pode ter um efeito adverso sobre nossos negócios.*

Assim como muitos outros bancos brasileiros, o Banco investe em títulos de dívida emitidos pelo Governo Federal. Qualquer incapacidade do Governo Federal em efetuar pagamentos a tempo sob esses títulos poderá ter um efeito material adverso sobre nossos resultados operacionais e nossa condição financeira. Além disso, uma diminuição significativa no valor de mercado desses títulos poderá ter um efeito material adverso sobre nossa condição financeira, capitalização e resultados operacionais.

*Mudanças sobre as regras de imposto para produtos que lastreiam operações agrícolas e imobiliárias podem afetar negativamente nossas operações.*

Instrumentos financeiros como as Letras de Crédito Agrícola e Letras de Crédito Imobiliário são amplamente usadas por bancos como *funding* para operações nos setores agrícola e imobiliário, respectivamente, uma vez que estes possuem o benefício fiscal (isenção) para os investidores. Desta forma, estes instrumentos são bastante atrativos para as instituições financeiras, do ponto de vista de custos e prazos de captação, além de pulverizar os depósitos, em sua grande maioria, em pessoas físicas. Se houver a mudança na regra de imposto para estes instrumentos, acabando com a sua atratividade, incorremos o risco de impactos em nossas operações, pois teremos que buscar outras fontes de captação de perfil não tão atrativos. Além disto, os respectivos setores podem ser impactados com uma menor oferta de crédito por parte dos bancos, afetando a cadeia como um todo.

*Um ambiente cada vez mais competitivo no setor bancário brasileiro pode afetar negativamente nossos objetivos de negócio.*

O setor bancário brasileiro é altamente competitivo, sendo que enfrentamos concorrência de

outros bancos brasileiros e internacionais. A indústria bancária brasileira é concentrada, visto que aproximadamente 80% dos ativos estão entre os cinco maiores Bancos. Esta concentração se deu principalmente devido às grandes consolidações entre bancos privados e privatização de bancos estatais, além de liquidação de alguns bancos.

A concorrência se intensificou como resultado das consolidações recentes entre as instituições financeiras no Brasil e de normas que aumentam a capacidade do cliente de transferir negócios de uma instituição financeira para outra. O aumento da concorrência pode afetar adversamente os resultados dos nossos negócios e nossa situação econômica em virtude, dentre outros fatores, da dificuldade em expandir a base de clientes e das nossas operações, resultando na redução da rentabilidade sobre nossas atividades. Poderemos estar sujeitos a novas pressões sobre preços, na medida em que muitos de nossos concorrentes podem buscar obter participação de mercado por meio da redução de preços. Em razão do risco do aumento da concorrência, não se pode garantir que seremos capazes de executar com sucesso nosso objetivo de investimento de criar valor aos titulares de nossas ações.

*Se não pudermos acompanhar o rápido desenvolvimento tecnológico para fornecer novos produtos e serviços inovadores, nossas receitas podem ser impactadas.*

As mudanças tecnológicas rápidas, significativas e disruptivas continuam a afetar o setor de serviços financeiros. Dispositivos móveis e plataformas digitais são cada vez mais utilizados para transações financeiras. O Banco pode perder clientes se não proporcionar uma experiência satisfatória nesses canais. Diferentes dispositivos móveis e plataformas digitais utilizam uma grande variedade de técnicas e configurações, que aumentam os desafios envolvidos na prestação de serviços financeiros por meio eletrônico. Além disso, várias outras empresas com recursos significativos e uma série de startups inovadoras introduziram produtos e serviços focados em soluções digitais.

Não podemos prever todos os efeitos das mudanças tecnológicas em nossos negócios. Além das nossas próprias iniciativas, dependemos, em parte, em terceiros para o desenvolvimento e acesso a novas tecnologias. Novos serviços e tecnologias aplicáveis ao setor de serviços financeiros podem surgir e tornar obsoletas as tecnologias que o Banco atualmente utiliza em seus produtos e serviços. Desenvolver e incorporar novas tecnologias em seus produtos e serviços podem exigir investimentos substanciais e um tempo considerável e, em última análise, podem não ser bem-sucedidas. Além disso, a nossa capacidade de adotar novos produtos e serviços e desenvolver novas tecnologias pode ser inibida por padrões do setor, mudanças em leis e regulamentações, resistência de clientes, direitos de propriedade intelectual de terceiros ou outros fatores.

O sucesso do Banco dependerá, em parte, da sua capacidade de desenvolver e incorporar novas tecnologias, enfrentar os desafios representados pelo mercado em rápida evolução para serviços financeiros prestados por meio eletrônico e de adaptação a mudanças tecnológicas; se não pudermos fazer de forma oportuna ou rentável, os nossos negócios e resultados operacionais podem ser adversamente afetados.

*A relativa volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações de emissão do Banco Pine.*

Um mercado de negociação ativo e líquido para as nossas ações poderá não se desenvolver, limitando a capacidade dos investidores de venderem as ações pelo preço e no momento desejado. Os mercados de valores mobiliários brasileiros são significativamente menos líquidos e mais concentrados e voláteis que outros mercados de valores mobiliários globais, podendo limitar substancialmente a capacidade dos titulares de ações de vender suas ações a preços satisfatórios e no momento desejado, afetando adversamente, dessa forma, o valor

de mercado das nossas ações.

O preço de mercado das nossas ações poderá flutuar de modo significativo por diversos motivos, inclusive em resposta aos fatores de risco indicados neste Formulário ou por motivos não relacionados ao nosso desempenho.

**g. à regulação dos setores em que o emissor atue**

*Riscos legais e regulatórios são inerentes e substanciais aos nossos negócios.*

O setor de serviços financeiros está sujeito a extensa regulamentação, tanto no Brasil como no exterior. Os mercados financeiros e de capitais brasileiros estão sujeitos a um intenso e permanente controle regulatório por parte do governo brasileiro, especialmente do CMN, do BACEN, da CVM e da SUSEP, os quais, em cada caso, afetam diretamente os negócios do Banco e/ou de suas controladas, podendo afetar suas operações e linhas de produtos.

O Banco e suas controladas estão sujeitas a uma extensa regulamentação por parte de organizações governamentais e reguladoras nas jurisdições em que operam, cujas exigências se destinam a assegurar a integridade dos mercados financeiros e proteger os investidores, aumentando os custos de *compliance* dos agentes desses mercados.

Além disso, referida regulamentação está sujeita a constantes mudanças. As normas do governo brasileiro e suas intervenções podem afetar negativamente as operações e rentabilidade do Banco e de suas controladas. Leis e regulamentos existentes podem sofrer alterações, sua aplicação e interpretação também estão sujeitas a mudanças, e novas leis e regulamentos podem ser adotados. O Banco e suas controladas podem ser negativamente afetados por mudanças na regulamentação, inclusive aquelas relacionadas com: (i) exigências mínimas de capital; (ii) exigências para investimentos em capital fixo; (iii) limites e outras restrições de crédito; (iv) exigências contábeis; e (v) intervenção, liquidação e/ou sistemas gerenciais especiais e temporários.

A responsabilização legal ou ações regulatórias contra o Banco pode acarretar danos significativos à sua reputação ou prejudicá-lo de outra forma, o que, por sua vez, pode causar sérios prejuízos às perspectivas comerciais do Banco. O Banco enfrenta riscos legais significativos em seus negócios e o volume e o valor dos danos pleiteados em litígios propostos em face de intermediários financeiros estão crescendo. O Banco também enfrenta a possibilidade das contrapartes em operações comerciais complexas ou de alto risco alegarem que o Banco deixou de lhes comunicar os riscos, ou que não tinham autorização nem permissão para celebrar essas operações com o Banco ou ainda que suas obrigações perante o Banco não são exequíveis.

O Banco pode estar também sujeito a perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos, incluindo processos fiscais e perante o BACEN e a CVM, incluindo multas, penalidades e danos reputacionais.

*Nossos negócios são altamente dependentes do ambiente regulatório vigente.*

O setor de serviços financeiros está sujeito à extensa regulamentação, tanto no Brasil como no exterior e, em diversas jurisdições, ao aumento da supervisão por parte das autoridades e legisladores fiscais. O Governo Federal historicamente tem implementado ou mudado regulamentos que afetam as instituições financeiras, como parte de sua implementação de política econômica. Tais regulamentos são regularmente modificados pelo Governo Federal para controlar a disponibilidade de crédito e para reduzir ou aumentar o consumo e assegurar a integridade do mercado financeiro. As instituições financeiras brasileiras estão sujeitas à extensiva e continuada revisão regulatória pelo Governo Federal, e inclusive correm o risco de intervenção significativa por parte de autoridades regulatórias, inclusive atividade de fiscalização e de auditoria, adoção de novas regulamentações mais onerosas ou restritivas e

ainda processos judiciais ou administrativos que podem acarretar sanções substanciais. Ademais, recentes retrações do mercado levaram a diversas propostas de regulamentação adicional do setor de serviços financeiros. Essas regulamentações podem limitar as atividades comerciais do Banco, aumentando os custos para sua observância e, na medida em que a regulamentação controle estritamente as atividades das empresas de serviços financeiros, o Banco terá mais dificuldade para se distinguir de seus concorrentes.

Não temos qualquer controle sobre os regulamentos relativos às nossas operações, incluindo regulamentos que estabelecem:

- requerimentos de capital mínimo;
- procedimentos internos para avaliação da adequação de capital; o requisitos de depósito e/ou reservas compulsórias;
- requisitos de investimentos em ativos de renda fixa;
- limites de empréstimo e outras restrições de crédito, inclusive alocações compulsórias;
- limites e outras restrições em notas de prestação de serviços ou outros temas;
- requisitos quanto à lavagem de dinheiro, manutenção de registros e questões éticas;
- limites ou outras restrições sobre taxas de juros cobradas por instituições financeiras ou do período para capitalização de juros;
- requerimentos contábeis e estatísticos;
- requisitos e restrições para determinadas transações;
- limites de exposição ao risco;
- controles de preço e de salário;
- política e regulamentação fiscal;
- outros requisitos ou limitações impostas, incluindo medidas prudenciais preventivas.

A estrutura regulatória que estabelece as diretrizes das instituições financeiras brasileiras, incluindo bancos, corretoras, empresas de *leasing* e seguradoras, vem evoluindo continuamente. Essas mudanças poderiam materialmente afetar nossa condição financeira e nossos resultados operacionais.

O Banco Central pode alterar o nível de reservas e depósitos compulsórios que os bancos brasileiros devem manter junto ao Banco Central. Os requisitos de reserva e depósito compulsório podem reduzir nossa liquidez e nossa habilidade de fornecer empréstimos e outros investimentos. Atualmente, o Banco Pine não está sujeito a depósito compulsório para depósitos a prazo. O Banco Central pode aumentar, no futuro, os requisitos de reserva ou estabelecer requisitos de nova reserva ou depósito compulsório, e esses desenvolvimentos podem afetar materialmente nossa condição financeira e nossos resultados operacionais.

O Decreto nº 22.626/33, também conhecido como Lei de Usura, proíbe os bancos de estabelecer taxas de juros maiores que 12% ao ano. Adicionalmente, a Lei da Reforma Bancária, Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, (“Lei nº 4.595”), isentou os bancos dessa proibição, cuja exceção foi confirmada em diversas decisões recentes. Quaisquer mudanças na interpretação dessa exceção, aditamentos nas leis aplicáveis ou regulamentos limitando a taxa de juros que podemos aplicar sobre nossos empréstimos, podem afetar adversamente nossos negócios, resultados operacionais e condição financeira.

*Requerimentos de capital mínimo estabelecidos no sistema bancário podem afetar negativamente nossos resultados operacionais e condição financeira.*

A Resolução nº 4.192, de 01 de março de 2013, estabelece metodologia de cálculo da Basileia, que deve ser apurada pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os principais objetivos são: (i) aperfeiçoar a capacidade das instituições financeiras absorverem choques provenientes do sistema financeiro ou dos demais setores da economia; (ii) reduzir o risco de contágio do setor financeiro sobre o setor real da economia; (iii) auxiliar a manutenção da estabilidade financeira; e (iv) promover o crescimento econômico sustentável.

Adicionalmente, como resultado de quaisquer mudanças adversas futuras no ambiente econômico brasileiro ou da implementação das regras de adequação de capital revisadas, o Banco pode ser incapaz de alcançar os requerimentos de adequação do capital mínimo aplicável. Além disso, o Banco também pode ter de limitar seus empréstimos, venda de ativos ou tomar outras medidas que possam afetar negativamente nossos resultados operacionais e condição financeira.

*Estamos sujeitos a riscos associados ao não cumprimento das leis de Proteção de Dados (nacionais e internacionais), podendo ser afetados adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções.*

A Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018 – “LGPD”) estabeleceu um novo marco legal a ser observado nas operações de tratamento de dados pessoais e prevê, entre outros, os direitos dos titulares de dados pessoais, as bases legais aplicáveis à proteção de dados pessoais, os requisitos para obtenção de consentimento, as obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança e vazamentos e a transferências de dados, bem como a autorização para a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

Se não se cumprir a LGPD, o Banco e suas controladas podem estar sujeitos às sanções, de forma isolada ou cumulativa, de advertência, obrigação de divulgação de incidente, bloqueio temporário e/ou eliminação de dados pessoais e multa calculada sobre o faturamento. Além disso, o Banco pode ser responsabilizado por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados pelo próprio Banco e solidariamente responsáveis por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados pelas suas controladas, devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD. Se o Banco não for capaz de usar medidas suficientes para proteger os dados que são administrados e armazenados ou para manter a conformidade com a LGPD, poderá incorrer em custos que possam ter um efeito adverso em sua reputação e em seus resultados operacionais.

O Banco gerencia e mantém informações pessoais confidenciais de clientes no curso normal de seus negócios. Divulgações não autorizadas ou violações de segurança podem sujeitar o Banco a ações judiciais e sanções administrativas, bem como a danos que podem afetar materialmente e adversamente seus resultados operacionais, condição financeira e perspectivas. Além disso, os negócios do Banco estão expostos a riscos de possível descumprimento de políticas, desvios de conduta ou negligência e fraude de funcionários, o que pode resultar em sanções regulatórias e sérios danos à reputação ou danos financeiros. Adicionalmente, o Banco pode ser obrigado a relatar eventos relacionados a problemas de segurança da informação (incluindo quaisquer problemas de segurança cibernética), eventos em que as informações do cliente podem estar comprometidas, acesso não autorizado e outras violações de segurança às autoridades reguladoras relevantes. Qualquer interrupção ou desaceleração significativa aos sistemas do Banco podem causar a perda ou a entrega de informações, incluindo dados relacionados a solicitações de clientes, com atrasos ou erros para clientes, o que poderá reduzir a demanda pelos serviços e produtos e afetar material e adversamente o Banco.

O Banco pode enfrentar vários riscos de segurança cibernética, incluindo, mas não se

limitando a: penetração de seus sistemas e plataformas de tecnologia da informação, por terceiros, infiltração de *malware* (como vírus de computador) em seus sistemas, contaminação (intencional ou acidental) de suas redes e sistemas por terceiros com quem troca dados, acesso não autorizado a dados confidenciais de clientes e/ou proprietários por pessoas dentro ou fora de sua organização e ataques cibernéticos que causam degradação de sistemas ou indisponibilidade de serviço que podem resultar em perdas de negócios.

O Banco pode não ser capaz de proteger com sucesso seus sistemas e plataformas de tecnologia da informação contra estas ameaças. Os ataques cibernéticos podem dar origem à perda de quantidades significativas de dados de clientes e outras informações sensíveis, bem como níveis significativos de ativos líquidos. Além disso, os ataques cibernéticos podem dar origem à inutilização dos sistemas de tecnologia da informação usados para atender clientes. Como as tentativas de ataques continuam a evoluir em escopo e sofisticação, o Banco pode incorrer em custos significativos em sua tentativa de modificar ou aprimorar suas medidas de proteção contra estes ataques, ou investigar ou corrigir qualquer vulnerabilidade ou violação resultante ou em comunicar ataques cibernéticos aos seus clientes.

Adicionalmente, de acordo com Resolução CMN no 4.658, de 26 de abril de 2018, instituições financeiras devem observar novos requisitos de segurança cibernética e para a contratação de serviços de processamento e armazenamento de dados e de computação em nuvem. O não cumprimento de tais obrigações regulatórias podem causar efeitos adversos ao Banco.

#### **h. aos países estrangeiros onde o emissor atue**

O Banco está exposto a certos riscos que podem afetar o mercado das Ilhas Cayman.

Ao final de 2024, o Banco Pine atuava no exterior por meio de sua agência em Cayman. Mudanças que afetem economicamente essa localidade podem afetar adversamente nossos negócios, resultados operacionais e condição financeira.

#### **i. as questões socioambientais**

O Banco Pine entende que o seu desempenho socioambiental está diretamente ligado ao seu negócio de concessão de crédito corporativo. Portanto, o crédito responsável é considerado um item indispensável na Gestão de Riscos do Banco, pois eventuais falhas nesta parte da análise poderiam trazer danos à Companhia e seus *stakeholders*.

Com isso, a gestão de riscos atrelados ao tema Socioambiental está relacionada à gestão de riscos já existentes e que podem impactar o Banco Pine de diversas formas, como por exemplo:

- Crédito: Possibilidade de perdas financeiras decorrentes de eventos socioambientais que causem danos aos clientes (multas, taxas de regularização), o que compromete sua capacidade de pagamento.
- Legal: Existência de arcabouço legal capaz de responsabilizar o Banco Pine em financiar (direta ou indiretamente) clientes e projetos que incorram em descumprimentos da legislação socioambiental vigentes.
- Reputacional: Possibilidade da imagem do Banco Pine ficar atrelada às irregularidades socioambientais.

Nesse cenário, o Banco possui uma atuação 100% responsável ao trabalhar com linhas de crédito aprovadas por organismos multilaterais que impõem uma série de compromissos socioambientais em suas operações. Alinhado a esses organismos e seus princípios, o Banco conta com uma política socioambiental e climática que determina os aspectos a serem observados na gestão da operação do Banco Pine e no relacionamento com sua cadeia de valor.

No processo de avaliação e da oferta de crédito levamos em consideração a análise de riscos socioambientais do cliente, ou seja, o cliente poderá ter um impacto negativo no seu Rating de crédito pré-definido pela área de Análise de Crédito se for encontrado em suas pesquisas algo desabonador referente ao tema socioambiental, conforme metodologia interna.

Além disso, neste processo considera-se uma lista restritiva que identifica práticas em projetos ou organizações para os quais o Banco tem restrições na concessão de crédito ou financiamento. Essa lista leva em consideração projetos e empresas que estejam envolvidas com práticas trabalhistas ilegais, que firam os Direitos Humanos ou, ainda, que produzam, comercializem ou utilizem produtos, substâncias ou atividades consideradas nocivas à sociedade e ao meio ambiente.

#### **j. Questões macroeconômicas**

*O Governo Federal exerce influência significativa sobre a economia brasileira. Esta influência, bem como as condições políticas e econômicas brasileiras, pode nos afetar adversamente.*

O Governo Federal pode exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Assim, dado um possível cenário de crise econômica, o governo pode realizar alguma intervenção direta ou indireta na economia de modo a atingir determinados objetivos macroeconômicos, como controle da inflação, aumento da taxa de crescimento do PIB, controle da taxa de câmbio, controle da base monetária, entre outras. Esta atuação do governo, bem como seu impacto na economia brasileira, pode causar efeito adverso relevante nas atividades, nos resultados operacionais e no preço das ações de emissão do Banco.

As políticas econômicas do Governo Federal podem ter efeitos importantes sobre as empresas brasileiras, sobre as condições de mercado e sobre os preços dos valores mobiliários dessas empresas, incluindo o Banco.

A condição financeira e os resultados operacionais do Banco podem ser afetados negativamente por vários fatores e pela resposta do governo brasileiro a esses fatores, dentre os quais:

- taxas de câmbio e controles sobre o câmbio e restrições sobre remessas ao exterior;
- inflação;
- financiamento do déficit em conta corrente do governo;
- dívida pública interna e de desequilíbrio fiscal;
- instabilidade de preços e custos;
- taxas de juros;
- instabilidade social e política;
- redução de salários e níveis de renda;
- expansão ou contração da economia global ou brasileira;
- liquidez dos mercados de capitais e de dívida;
- política fiscal;
- política monetária;
- controles sobre a importação e exportação;
- política regulatória para a indústria de petróleo e gás, distribuição de derivados, incluindo a política de preços;
- política energética;

- alterações na legislação tributária;
- alterações nas normas trabalhistas;
- provimento de serviços de utilidade pública tais como energia;
- alegações de corrupção contra partidos políticos, autoridades eleitas ou outros agentes públicos; e
- outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que possam afetar o Brasil.

Os fatores descritos acima, bem como as incertezas sobre as políticas ou regulamentações que podem ser adotadas pelo governo brasileiro em relação a esses fatores, em conjunto com o atual cenário político do país, podem afetar a confiança dos investidores e do público em geral, resultando na desaceleração da economia e no aumento da volatilidade dos títulos emitidos por companhias brasileiras, causando um efeito material adverso sobre os resultados operacionais e financeiros do Banco.

*A instabilidade do cenário político do país pode vir a nos afetar adversamente, impactando negativamente nossos resultados operacionais e a nossa situação financeira.*

O desempenho da economia brasileira é historicamente influenciado pelo ambiente político do país. Crises políticas podem afetar a confiança dos investidores e do público em geral no mercado brasileiro, influenciando de forma relevante na desaceleração da economia e no aumento da volatilidade dos valores mobiliários emitidos por companhias e instituições financeiras brasileiras.

Além disso, as divisões políticas ressaltadas no Brasil em razão das eleições poderão resultar em impasses no Congresso e dificuldade de implementação dos planos de governo, agitação política e manifestações massivas e/ou greves que podem afetar adversamente as operações do Banco. Adicionalmente, incertezas em relação à implementação, pelo novo governo, de mudanças relativas às políticas monetária, fiscal e previdenciária, podem contribuir para a instabilidade econômica do país e aumentar a volatilidade do mercado de capitais brasileiros.

Desta forma, a instabilidade do cenário político do país poderá afetar adversamente e a economia brasileira e, conseqüentemente, o Banco, impactando negativamente os seus resultados operacionais e a sua situação financeira, bem como a cotação de suas ações.

*Acontecimentos e mudanças na percepção de riscos em outros países, podem prejudicar o preço de mercado dos valores mobiliários em todo mundo, inclusive o preço de mercado dos nossos valores mobiliários.*

O valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas das economias de outros países. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado de valores mobiliários das companhias brasileiras. O Banco não pode assegurar que o mercado de capitais brasileiro estará aberto às companhias brasileiras, uma vez que uma crise financeira pode causar um aumento do custo de financiamento, a tal ponto que se torne impeditivo para as companhias brasileiras. Adicionalmente, crises em outros países de economia emergente ou políticas econômicas diferenciadas podem reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários das companhias brasileiras, incluindo os valores mobiliários de emissão do Banco, o que poderá prejudicar o preço de mercado das ações de emissão do Banco.

Adicionalmente, condições econômicas e crises financeiras, principalmente nos Estados Unidos, na Europa e na China, podem afetar a economia mundial, gerando diversos reflexos

que, direta ou indiretamente, afetam o mercado acionário e a economia do Brasil, tais como oscilações nas cotações de valores mobiliários de companhias abertas, falta de disponibilidade de crédito, desaceleração generalizada da economia mundial, instabilidade cambial e pressão inflacionária, dentre outros, que podem, direta ou indiretamente, ter um efeito adverso sobre o Banco. Os preços das ações na B3, por exemplo, são altamente afetados pelas flutuações nas taxas de juros dos Estados Unidos e pelo comportamento das principais bolsas norte-americanas. Qualquer aumento nas taxas de juros em outros países, especialmente os Estados Unidos, poderá reduzir a liquidez global e o interesse do investidor em realizar investimentos no mercado de capitais brasileiro.

*Qualquer outro rebaixamento na classificação de crédito do Brasil pode afetar adversamente o preço de negociação dos valores mobiliários de nossa emissão.*

Os ratings de crédito efetuados por agência de classificação de risco afetam a percepção de risco dos investimentos e, como resultado, os rendimentos necessários nas futuras emissões de dívida no mercado de capitais. Agências de classificação avaliam regularmente o Brasil e seus *ratings* soberanos, tendo como base diversos fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições orçamentárias, métricas de endividamento e a perspectiva de mudanças em quaisquer desses fatores.

Um prolongamento dos resultados ruins da economia brasileira pode levar a novos rebaixamentos de *ratings*. Qualquer rebaixamento de *ratings* de crédito soberano brasileiro pode aumentar a percepção de risco dos investimentos no Brasil e, como resultado, aumentar o custo de futuras emissões de dívida e afetar adversamente o preço de negociação dos valores mobiliários de emissão do Banco.

## 4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

Os cinco principais fatores de risco do Banco Pine não inteiramente mitigados são:

### **Risco de Crédito**

A carteira de crédito do banco é concedida e monitorada de acordo com as melhores práticas de mercado, com constante revisão de modelos e atenção diária a KPIs e índices do portfólio e safras de concessão.

Naturalmente, como toda carteira de crédito, há um risco de inadimplência intrínseco a toda operação de crédito, que é medida e mitigada pelo provisionamento que tem correlação com o risco auferido constantemente.

### **Risco de Mercado**

É o risco de variação resultado da instituição por oscilações de mercado em índices, curvas ou cotações de mercado com livre negociação.

Para monitoramento e controle, a área de gestão de riscos implementa o monitora uma série de indicadores que tenta prever cenários de stress para estimar qual o potencial risco e impacto nas estratégias da instituição.

### **Risco de Liquidez**

Compreende o risco de descasamento entre ativos e passivos da instituição, gerando um descasamento de fluxo de caixa da instituição.

A área de gestão de risco controla essa exposição com diferentes cenários de stress e previsão a médio e longo prazo do caixa da instituição através dessas premissas, que servem para ajustar estratégias de desembolso ou de captações através de comitês competentes.

### **Risco de Capital**

O risco de, por conta de movimentações de ativos ou capital regulatório (patrimônio ou captações semelhantes a capital), tem um nível de capital aquém dos padrões mínimos requeridos pelo órgão regulador (BCB).

O banco faz um acompanhamento mensal e também produz cenários de estimativa para definir ações e impor limites de carteira para se adequar aos limites com razoável previsibilidade.

### **Risco Econômico**

Esse risco pode e costuma impactar todos os outros citados acima. Por exemplo, um cenário econômico adverso pode impactar num maior risco de crédito por cenários macroeconomicos que impactam todo o setor e inclusive a carteira de crédito do Pine.

### 4.3 - Descrição dos principais riscos de mercado

O risco de mercado é definido como a potencial ocorrência de perdas financeiras resultantes das variações dos fatores de risco de mercado das carteiras de negociação e bancária e investimentos *offshore*. Os principais fatores de riscos são exposições cambiais, taxa de juros, índices de inflação, preços de ações e de *commodities*, volatilidades, correlações etc.

O Banco Pine está em conformidade com os requerimentos exigidos pela Resolução nº 4.557/17 do Conselho Monetário Nacional e demais regulamentações vigentes. O posicionamento do Banco, decorrentes da atividade bancária, nos fatores mencionados acima é amplamente debatido nos fóruns e comitês institucionais, dentro dos limites determinados pela RAS e acompanhados diariamente pela área de Risco de Mercado.

Para a avaliação dos riscos de mercado são utilizadas diferentes metodologias conforme descritas a seguir:

- *Value At Risk* – VaR (Valor em Risco): o VaR mede a perda potencial máxima através de um horizonte dado sob condições normais de mercado a um dado nível de confiança. O modelo utilizado é o paramétrico, com o algoritmo EWMA para o cálculo da volatilidade dos ativos ( $\lambda=0,94$ ), nível de confiança de 99% e horizonte de tempo de 1 dia.
- Análises de Sensibilidade: DV01: a análise mede a variação do valor de mercado da carteira a uma variação de 1 ponto-base (DV01) nas curvas de juros que compõem as carteiras do Banco.
- Gregas: métrica que estima o impacto na carteira das derivadas parciais da carteira de opções em relação aos preços dos ativos-objetos, às volatilidades implícitas, às taxas de juros e ao tempo.
- Delta equivalente: para as operações indexadas aos ativos do tipo moedas estrangeiras, commodities, indicadores econômicos, ações e índices de bolsa, o delta equivalente representa a exposição equivalente nos ativos relacionados.
- Análise de Estresse: simulações para avaliação do comportamento dos ativos, passivos e derivativos da carteira quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado, sendo considerados os cenários divulgados pela B3 para os principais fatores de risco.
- *Stop Loss*: métrica que tem por objetivo o monitoramento e reporte das posições, quanto às perdas acumuladas em um dado período, sendo calculada através da soma do resultado dos últimos 21 dias úteis.

A divulgação das informações referentes a gestão de riscos, a apuração dos montantes ponderados pelo risco (RWA) e demais informações relevantes de riscos são realizadas trimestralmente no Relatório de Gerenciamento de Risco e Capital.

#### 4.4 Processos não sigilosos relevantes

Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis, ambientais e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas, indicando:

O Banco possui processos judiciais e administrativos, incluindo processos cíveis, trabalhistas e tributários decorrentes do curso ordinário de seus negócios. A administração do Banco acredita que as contingências decorrentes desses processos não irão afetar adversamente sua condição financeira ou seus resultados operacionais, tendo em vista o valor já provisionado para os referidos processos. A administração do Banco acompanha todos os regulamentos aplicáveis do Banco Central e da CVM e mantém um relacionamento próximo e perene com as os órgãos reguladores.

Em alguns casos, o Banco fez provisões para cobrir perdas antecipadas relacionadas a esses processos baseado na opinião de nossos assessores jurídicos externos. A Administração do Banco considera adequada suas reservas para contingências para cobrir quaisquer perdas razoavelmente prováveis resultantes destas contingências.

Abaixo estão os saldos patrimoniais das provisões para processos judiciais e administrativos e obrigações legais por natureza:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Provisão	Depósitos judiciais	Provisão	Depósitos judiciais
Contingências Fiscais	578	61.431	709	58.743
Contingências Trabalhistas	10.389	11.660	8.593	5.448
Contingências Cíveis <sup>(1)</sup>	1.435	3.805	4.026	35.424
<b>Total</b>	<b>12.402</b>	<b>76.896</b>	<b>13.328</b>	<b>99.615</b>

(1) Em 31 de dezembro de 2023, refere-se à depósito judicial para a garantia de ação de execução, movida para a cobrança de dívida. Atualmente, os valores estão em processo de levantamento pela parte contrária no processo, pois o Superior Tribunal de Justiça já julgou definitivamente a defesa apresentada no processo.

Abaixo, processos considerados relevantes para o Banco:

O Banco Pine e a Pine Investimentos obtiveram decisões favoráveis, transitadas em julgado, em relação às ações judiciais que questionavam o alargamento das bases de cálculo das contribuições devidas ao PIS e COFINS nos termos do disposto no artigo 3o., §1o. da Lei nº 9.718/98, sendo que as provisões anteriormente constituídas em relação a essas ações, classificadas como Obrigações Legais, foram revertidas em exercícios anteriores. A decisão favorável, entretanto, não foi acatada pela União, a qual inscreveu em dívida ativa ambas as empresas e ajuizou execuções fiscais em face destas. O valor atualizado desta inscrição representa o montante de R\$ 513.466.402,97 em relação ao Banco Pine, e R\$ 5.710.155,06 em relação à Pine DTVM, os quais encontram-se atualmente garantidos através de seguros garantias identificados pelas Apólices nº 1007500031592, Endosso 0000002 e nº 1007507053771 - Endosso 0000000, no valor total de R\$ 512.723.259,43 (Banco Pine), bem como através de Bloqueio judicial no valor de R\$ 2.368.124,25 e Seguro Garantia identificado pela Apólice n.º 014142023000107750191608, Endosso 00001, no valor de R\$ 4.072.039,21 (Pine DTVM). Os Embargos à Execução Fiscal opostos pelo Banco Pine e pela Pine DTVM encontram-se em trâmite perante a Justiça Federal da 3ª Região.

Desde então, o Banco Pine iniciou os procedimentos necessários para viabilizar o levantamento dos depósitos judiciais vinculados a essas ações. Em relação ao PIS, em 31 de dezembro de 2024, esses depósitos representavam R\$ 59.092 mil no Consolidado. O processo abaixo encontra-se suspenso em virtude de sua vinculação com a Repercussão Geral do Supremo Tribunal Federal representada pelo tema 372.

Inserimos os dados do processo abaixo já transitado em julgado, mas que consta de nossas demonstrações financeiras pela relevância.

Processo nº 0010633-11.2005.4.03.6100 - PIS Dezembro/2024	
a. juízo	17ª Vara Federal de São Paulo

b. instância	2ª instância
c. data de instauração	08/06/2005
d. partes no processo	Banco Pine S/A e Delegado da Receita Federal Especializado em Instituições Financeiras em São Paulo
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Depósitos judiciais no valor de R\$ 56.368 mil
f. principais fatos	Vide descrição constante deste item 4.4
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Vide descrição constante deste item 4.4
h. estágio do processo	Vide descrição constante deste item 4.4
i. se a chance de perda é: Provável, possível ou remota	Remota
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Vide descrição constante deste item 4.4
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Remota

#### *4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes*

Não há valor provisionado, somente valores depositados, conforme mencionado acima.

#### *4.6 Processos sigilosos relevantes*

O Banco e suas controladas não possuem processos sigilosos relevantes em que o Banco ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados acima.

#### *4.7 Outras contingências relevantes*

O Banco e suas controladas não possuem outras contingências relevantes além das mencionadas nos itens anteriores.